

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

255 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 10 a 14 de novembro de 2025

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
1. Enquadramento	1
2. Reunião ao abrigo do artigo 324.º do TFUE	1
3. Revisões apresentadas pela Comissão Europeia	1
4. Documento técnico anexo: principais propostas legislativas	2
2. PARLAMENTO EUROPEU - ALTERAÇÃO À LEI ELEITORAL PARA O PE	2
Enquadramento	2
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	3
Pacote “omnibus” de simplificação das regras de sustentabilidade empresarial	3
Meta climática da UE para 2040: Parlamento defende redução de 90% das emissões	4
Parlamento pede estratégia ambiciosa para a igualdade de género 2026–2030	4
Outros debates	5
4. COMISSÃO EUROPEIA - ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA	5
5. FÓRUM PARA A DEMOCRACIA PARLAMENTAR	7
6. ALARGAMENTO - CIMEIRA NA UCRÂNIA	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - SESSÃO PLENÁRIA DO PE

1. Enquadramento

Temos vindo a dar nota, em sínteses anteriores (e.g. n.ºs [246](#), [251](#), [252](#), [253](#) e [254](#)), das discussões e negociações em torno da proposta da Comissão Europeia relativa ao próximo **Quadro Financeiro Plurianual 2028-34 (QFP)**, nomeadamente da **carta** enviada pelos principais responsáveis políticos do Parlamento Europeu (PE) em matéria orçamental e os líderes de quatro dos maiores grupos políticos (**PPE, S&D, Renew e Verdes**) enviaram uma carta à Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (carta disponível [aqui](#)), onde identificavam as alterações necessárias à proposta de QFP para que as negociações possam vir a ter sucesso.

Por conseguinte, teve lugar um debate na mini-sessão plenária do PE desta semana sobre a proposta de QFP 2028-34, com a participação da Presidente da Comissão Europeia e da Presidência dinamarquesa do Conselho. Este debate teve lugar também na sequência das prioridades definidas pelo Parlamento em maio, nas quais se sublinhava que a abordagem baseada em *“um plano nacional por Estado-Membro”*, inspirada no Mecanismo de Recuperação e Resiliência, não correspondia às necessidades de transparência, coerência e escrutínio parlamentar que devem caracterizar o orçamento plurianual da União. Entre as preocupações expressas pelos Deputados encontravam-se a necessidade de garantir uma governança que reforçasse a responsabilização democrática, a preservação da lógica europeia do orçamento e o envolvimento efetivo das autoridades regionais e locais no processo de programação. Vários grupos parlamentares alertaram igualmente para o risco de a proposta inicial resultar, na prática, num conjunto de 27 orçamentos nacionais, enfraquecendo a dimensão europeia da política de coesão e da PAC. No mês anterior ao debate, diversos grupos políticos solicitaram alterações substanciais ao texto proposto pela Comissão, insistindo em garantias reforçadas para a política agrícola, para os fundos de coesão e para a governação dos futuros Planos de Parceria Nacionais e Regionais (PNR).

2. Reunião ao abrigo do artigo 324.º do TFUE

A 10 de novembro, decorreu uma reunião ao abrigo do [artigo 324.º do TFUE](#)¹ entre a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e a Primeira-Ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen, em representação da Presidência do Conselho. Esta reunião teve como objetivo proceder a uma análise conjunta do estado das negociações em torno do futuro QFP. Foram abordados temas como o papel das autoridades regionais, a necessidade de preservar a coerência da PAC, a arquitetura dos PNR e a governação orçamental, incluindo o papel do Parlamento Europeu na supervisão do processo. De acordo com a Presidente Metsola, as propostas revistas apresentadas pela Comissão constituem um avanço suficiente para permitir a continuação dos trabalhos interinstitucionais.

3. Revisões apresentadas pela Comissão Europeia

A Presidente da Comissão apresentou em plenário — e previamente por escrito, numa carta de 9 de novembro — um conjunto de revisões destinadas a responder às preocupações expressas pelo Parlamento. Entre os elementos principais destacam-se (carta [aqui](#)):

3.1. Reforço da participação regional

- Introdução de um “controlo regional” (“regional check”) ao longo de todas as fases dos PNR.
- Participação direta das autoridades regionais nas reuniões anuais de revisão com a Comissão.

¹ Tratado sobre o Funcionamento da UE: “*Por iniciativa da Comissão, são convocados encontros regulares entre os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, no quadro dos procedimentos orçamentais referidos no presente título. Os presidentes tomam todas as medidas necessárias para promover a concertação e a aproximação das posições das instituições a que presidem, a fim de facilitar a aplicação das disposições do presente título.*”

- Clarificação do direito das autoridades regionais e locais a interagir diretamente com a Comissão.

3.2. Salvaguardas financeiras e previsibilidade

- Garantia de continuidade dos investimentos em regiões menos desenvolvidas, de transição e mais desenvolvidas.
- Manutenção das dotações mínimas para:
 - PAC — apoio ao rendimento agrícola;
 - Coesão — regiões menos desenvolvida;
 - PCP — pescas e comunidades costeiras.

3.3. Reforço da Política Agrícola Comum

- Transferência de disposições técnicas do regulamento dos PNR para o regulamento setorial da PAC.
- Introdução de um “*rural target*” assegurando um nível mínimo de investimento adicional em áreas rurais.

3.4. Governação e escrutínio

- Criação de um mecanismo anual de orientação estratégica (“steering mechanism”) entre Parlamento, Conselho e Comissão.
- Maior transparência nos comités de acompanhamento e reforço das regras de governação multinível.

4. Documento técnico anexo: principais propostas legislativas

O documento técnico ([aqui](#)) enviado com a carta da Presidente da Comissão inclui um conjunto detalhado de alterações legislativas aplicáveis aos regulamentos dos PNR, da PAC e da PCP. Entre as disposições mais relevantes encontram-se:

- Reforço da representação regional e local;
- Regras de alocação de recursos entre categorias de regiões, assegurando previsibilidade;
- Clarificação de definições essenciais, incluindo a de “agricultor ativo”;
- Sinergias reforçadas entre intervenções agrícolas, rurais e costeiras;
- Articulação operacional entre programação plurianual e orçamento anual, integrando o novo mecanismo de orientação estratégica;
- Requisitos de prestação de contas e transparência no âmbito da quitação.

2. PARLAMENTO EUROPEU - ALTERAÇÃO À LEI ELEITORAL PARA O PE

Enquadramento

Na Síntese anterior (ponto 2), demos nota da aprovação pela Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu de um relatório sobre a **possibilidade de voto por procuração nas sessões plenárias para as Deputadas grávidas e para as Deputadas nos meses imediatos após o parto** (detalhe [aqui](#)).

Esta semana, o PE aprovou, em sessão plenária, o início deste processo legislativo para alterar o Ato Eleitoral Europeu (detalhe [aqui](#)). Nos termos das alterações propostas, uma **Deputada poderá delegar o seu voto até três meses antes da data prevista de parto e até seis meses após o nascimento**, garantindo continuidade

no exercício do mandato e maior equilíbrio entre vida profissional e familiar. A reforma visa reforçar a igualdade de género, assegurar que as mães possam participar plenamente na vida política e modernizar as práticas parlamentares.

A iniciativa legislativa a resolução associada foram aprovadas, esta com 605 votos a favor, 30 contra e 5 abstenções. A proposta segue agora para o Conselho, que terá de aprová-la por unanimidade. Caso sofra alterações, regressará ao PE para nova aprovação por maioria dos Deputados em exercício. A entrada em vigor dependerá depois da ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com os respetivos procedimentos constitucionais, **nomeadamente a aprovação pelos Paramentos nacionais**. O texto final está [aqui](#).

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Pacote “omnibus” de simplificação das regras de sustentabilidade empresarial

Como referido na Síntese n.º [253](#), o PE havia rejeitado o mandato de negociação sobre o pacote “omnibus” de simplificação das regras de sustentabilidade empresarial na sessão plenária de outubro, impedindo o início das negociações com o Conselho (detalhe [aqui](#)). Nessa ocasião, e apesar de os grupos PPE, S&D e Renew Europe terem alcançado um **acordo** duas semanas antes, a votação secreta revelou divisões profundas: 318 Deputados votaram contra, 309 a favor e 34 abstiveram-se.

Esta semana, em nova votação em plenário, o PE acabou por aprovar a sua posição negocial sobre a simplificação das regras da UE relativas à comunicação de informações sobre sustentabilidade e ao dever de diligência empresarial, com 382 votos a favor, 249 contra e 13 abstenções (detalhe [aqui](#)).

Ao abrigo da nova abordagem, apenas as empresas com mais de 1 750 trabalhadores e um volume de negócios superior a 450 milhões de euros seriam obrigadas a divulgar informações sobre impactos sociais e ambientais, bem como a reportar ao abrigo da taxonomia da UE. Quanto ao dever de diligência, os requisitos aplicariam-se apenas a empresas muito grandes: aquelas com mais de 5 000 trabalhadores e volume de negócios superior a 1,5 mil milhões de euros. As empresas passariam a adotar uma abordagem baseada no risco, solicitando informação adicional a parceiros de menor dimensão apenas quando estritamente necessário. Deixariam também de ter de preparar um plano de transição alinhado com o Acordo de Paris.

Os Deputados propõem ainda a criação, pela Comissão, de um portal digital único para empresas, com acesso gratuito a modelos, orientações e informação sobre todos os requisitos de comunicação de sustentabilidade da UE, complementar ao Ponto de Acesso Único Europeu. As negociações com o Conselho começarão a 18 de novembro, com o objetivo de concluir o acordo até ao final de 2025.

Esta votação de 13 de novembro sobre os pacotes omnibus de simplificação (CSDDD e CSRD) evidenciou uma convergência entre o PPE e vários grupos da direita, permitindo a aprovação de um conjunto alargado de alterações às obrigações empresariais em matéria de sustentabilidade e dever de diligência. As propostas do relator Jörgen Warborn (PPE, Suécia) — incluindo a eliminação da obrigação de planos de transição climática, a redução do número de empresas abrangidas e a flexibilização dos deveres de prevenção na cadeia de valor — foram aprovadas graças aos votos do PPE, PSE, ECR e ENF, num total de 382 votos favoráveis, contra 249 e com 13 abstenções. Esta combinação de votos, que até há pouco não se verificava em dossiês legislativos centrais, marcou uma alteração relevante na dinâmica parlamentar, permitindo ao relator assegurar uma maioria alternativa após o fracasso das negociações ao centro.

Os grupos S&D, Renew Europe e Verdes/ALE votaram (na sua maioria) contra o texto final e manifestaram reservas quanto ao afastamento da solução inicialmente negociada, considerando que o resultado final reduz substancialmente a ambição das diretivas, apontando para a eliminação de instrumentos como a

responsabilidade civil europeia e para uma maior margem de manobra dos Estados-Membros na definição de sanções. René Repasi (S&D) lamentou que o compromisso anteriormente alcançado tenha sido desvirtuado; Pascal Canfin (Renew Europe) afirmou que a diretiva sobre dever de diligência perde elementos essenciais; e Bas Eickhout (Verdes/ALE) alertou para os riscos de afastamento das soluções consensuais construídas ao centro. A deputada Sophie Wilmès (Renew Europe) assinalou que este é o primeiro texto a avançar para trólogos com base numa combinação de votos desta natureza. Perante as críticas, Warborn declarou ter tentado um acordo no quadro habitual de negociações e justificou a opção por uma maioria alternativa afirmando que “quando não se consegue formar uma maioria, é necessário procurar outra solução”. Do lado do ECR, o deputado Tobiasz Adam Bocheński saudou a aprovação como um sinal de “*novo realismo*” no Parlamento.

Meta climática da UE para 2040: Parlamento defende redução de 90% das emissões

O PE aprovou a sua posição sobre a revisão da **Lei Europeia do Clima**, propondo uma meta vinculativa de redução de 90% das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, face aos níveis de 1990, como etapa intermédia para alcançar a neutralidade climática em 2050. A resolução foi adotada por 379 votos a favor, 248 contra e 10 abstenções (detalhe [aqui](#)).

A proposta integra um conjunto de flexibilidades para os Estados-Membros. A partir de 2036, até cinco pontos percentuais das reduções de emissões poderão ser obtidas através de créditos internacionais de carbono de elevada qualidade, valor superior ao limite de três pontos percentuais inicialmente sugerido pela Comissão. O PE também defende que as remoções permanentes de carbono sejam utilizadas a nível nacional para compensar emissões residuais difíceis de eliminar, no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão (CELE).

Os Deputados apoiam o pedido dos Estados-Membros para adiar o CELE2 (aplicável a edifícios e transportes rodoviários) de 2027 para 2028. Consideram ainda que a transição ecológica deve ser conduzida em paralelo com o reforço da competitividade europeia, promovendo abordagens flexíveis entre setores e instrumentos para alcançar objetivos com o melhor custo-benefício.

O texto aprovado prevê que a Comissão apresente um relatório intercalar bienal sobre os progressos em direção à meta de 2040, avaliando remoções líquidas, tendências tecnológicas, competitividade industrial e preços da energia. Com base nesses relatórios, a Comissão poderá propor ajustes à meta ou medidas adicionais, incluindo mecanismos de apoio para garantir competitividade, coesão social e segurança económica.

As Deputadas portuguesas Lúcia Pereira (PPE) e Catarina Martins (Grupo da Esquerda) são relatoras-sombra do processo. O Parlamento está agora mandatado para iniciar negociações com o Conselho sobre o texto final da lei. A meta de 2040 complementa os objetivos jurídicos já existentes: neutralidade climática em 2050 e redução de pelo menos 55% até 2030. A definição deste novo marco é particularmente relevante no contexto da COP30 em Belém (Brasil), onde uma delegação do Parlamento — liderada por Lúcia Pereira — participará entre 17 e 21 de novembro.

Parlamento pede estratégia ambiciosa para a igualdade de género 2026–2030

O PE Europeu apelou à apresentação de uma **estratégia europeia de igualdade de género para 2026–2030**, abrangendo medidas legislativas e não legislativas em áreas prioritárias como violência baseada no género, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, mercado de trabalho e proteção de direitos fundamentais. O relatório foi aprovado por 310 votos a favor, 222 contra e 68 abstenções.

Violência baseada no género: ação reforçada

Os Deputados solicitam que a Comissão apresente ao Conselho uma proposta para classificar a violência baseada no género como crime particularmente grave ao nível da UE, com dimensão transfronteiriça. Defendem igualmente:

- diretrizes para a implementação da nova legislação sobre violência contra mulheres e violência doméstica;
- reconhecimento do feminicídio como crime distinto;
- introdução de uma definição de violação baseada no consentimento no direito da UE;
- ratificação da Convenção de Istambul pelos Estados-Membros que ainda não o fizeram.

Direitos de saúde e direitos sexuais e reprodutivos

O Parlamento defende um quadro europeu vinculativo que garanta acesso pleno e igualitário a todos os serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo:

- inserção do direito a cuidados de aborto seguros e legais na Carta dos Direitos Fundamentais da UE;
- combate às disparidades de saúde entre homens e mulheres e às doenças que afetam desproporcionalmente as mulheres;
- acesso universal a cuidados de saúde mental sensíveis ao género.

Igualdade no trabalho e proteção social

Os Deputados pedem que a Comissão:

- intensifique medidas para promover o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e reduzir as desigualdades salariais e de pensões;
- assegure a implementação atempada das diretivas sobre salários mínimos adequados, transparência salarial, mulheres em cargos de direção e conciliação entre vida profissional e familiar.

Proteção de direitos fundamentais e política externa da UE

O Parlamento insta a Comissão a reforçar mecanismos contra a recessão democrática e ataques a direitos das mulheres e da comunidade LGBTIQ+. Pede ainda que a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” seja integrada como princípio orientador da política externa e de segurança da UE.

Após a votação, o relator Marko Vešligaj (S&D, Croácia) sublinhou que a estratégia deve assentar em medidas legislativas concretas, afirmando que “é tempo de assegurar igualdade, segurança e liberdade para todos na UE”.

Outros debates

- [integração do acordo das Nações Unidas no direito da UE para proteger a biodiversidade marinha;](#)
- [novas regras sobre a utilização de gestão algorítmica no trabalho;](#)

4. COMISSÃO EUROPEIA - ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA

A Comissão Europeia apresentou, a 12 de novembro de 2025, um pacote composto pelo **Escudo Europeu da Democracia** e pela **Estratégia da UE para a Sociedade Civil**, iniciativas que visam reforçar a resiliência democrática da União num contexto de ameaças crescentes à integridade do espaço público, às instituições e ao papel da sociedade civil (detalhe [aqui](#)).

A Presidente da Comissão sublinhou a natureza estruturante deste pacote, afirmando: “*A democracia é a base da nossa liberdade, prosperidade e segurança. (...) Esta é a força da Europa e temos de aumentar a nossa capacidade coletiva para a proteger a todo o momento.*”

1. O Escudo Europeu da Democracia: reforçar a integridade do espaço público e das instituições

Define um conjunto abrangente de ações destinadas a proteger o espaço de informação, a garantir eleições livres e justas e a desenvolver a resiliência institucional e social. A Comissão destaca que, face ao aumento da manipulação da informação, da ingerência por agentes estrangeiros (FIMI) e da desinformação, é necessária uma resposta coordenada, que envolva Estados-Membros, instituições, meios de comunicação independentes e sociedade civil.

Uma das inovações centrais é a **criação do Centro Europeu para a Resiliência Democrática**, que reunirá os recursos e o conhecimento especializado da UE para antecipar, detetar e responder a ameaças à democracia. O Centro funcionará em estreita articulação com o Sistema de Alerta Rápido do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e incluirá uma plataforma de partes interessadas que permitirá o diálogo entre sociedade civil, academia, verificadores de factos e outros atores fiáveis. Este instrumento será fundamental para coordenar respostas a episódios críticos, como campanhas massivas de desinformação ou tentativas de interferência estrangeira.

Nas palavras da Alta Representante Kaja Kallas, *“vemos campanhas — inclusive da Rússia — especificamente concebidas para polarizar os nossos cidadãos e minar a confiança nas nossas instituições. O Escudo Europeu da Democracia faz parte da resposta da Europa.”*

O reforço do espaço de informação incluirá ainda um protocolo de incidentes e crises ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais (RSD), uma rede europeia independente de verificadores de factos e novas capacidades do Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO).

A Comissão pretende também reforçar a cooperação eleitoral entre Estados-Membros, através da Rede Europeia de Cooperação para as Eleições, e publicar orientações sobre a utilização responsável da IA em processos eleitorais. O pacote inclui igualmente novas medidas de apoio ao jornalismo independente, com um Programa Resiliência dos Meios de Comunicação Social, e uma atualização da legislação relativa à segurança dos jornalistas e ao combate a processos abusivos (SLAPPs).

O Comissário Michael McGrath descreveu o conjunto de medidas como um *“roteiro para enfrentar os desafios que as democracias europeias enfrentam”*, sublinhando que *“a democracia não é um destino, mas um compromisso diário.”*

2. A Estratégia da UE para a Sociedade Civil: capacitar e proteger o espaço cívico

Paralelamente, a Comissão apresentou a Estratégia da UE para a Sociedade Civil, reconhecendo que esta é essencial para o funcionamento democrático, para a coesão social e para a defesa dos direitos fundamentais.

Até 2026, será criada uma Plataforma Europeia da Sociedade Civil destinada a reforçar o diálogo sobre valores democráticos e cooperação entre organizações. A Comissão lançará também um polo de conhecimento online sobre espaço cívico, reunindo informação sobre este apoio, projetos financiados e instrumentos de proteção.

A dimensão financeira é igualmente central. A Comissão propõe que, no próximo Quadro Financeiro Plurianual, seja significativamente reforçado o financiamento para a sociedade civil, nomeadamente através do programa *AgoraEU*, previsto em 9 mil milhões de euros.

Na apresentação oficial, a Vice-Presidente Executiva Henna Virkkunen sintetizou o espírito da Estratégia: *“Queremos que todos os cidadãos, todas as associações, todas as vozes saibam que a Europa está ao seu lado. Uma democracia confiante, aberta e resiliente é a melhor resposta para aqueles que procuram dividir-nos.”*

3. Um enquadramento estratégico para uma era de ameaças crescentes

A Comissão enquadra estas iniciativas na necessidade urgente de atualizar o modelo europeu de proteção democrática, num contexto marcado por confrontos geopolíticos, guerras de narrativa, perturbações

tecnológicas rápidas e riscos severos enfrentados por ativistas e organizações cívicas. As ameaças à democracia — tanto internas como externas — incluem campanhas de manipulação da informação, polarização deliberada, restrições ao pluralismo mediático e violência ou intimidação dirigidas a jornalistas, políticos e organizações cívicas.

5. FÓRUM PARA A DEMOCRACIA PARLAMENTAR

O primeiro **Fórum para a Democracia Parlamentar da UE** terá lugar no hemicíclio do PE, em Bruxelas, no dia 19 de novembro, reunindo deputados nacionais e europeus, instituições da UE, organizações da sociedade civil, jovens e especialistas. O objetivo é analisar os desafios atuais enfrentados pelas democracias europeias e identificar soluções comuns através do diálogo e da partilha de boas práticas (detalhe [aqui](#)).

A iniciativa parte do entendimento de que **as democracias enfrentam pressões significativas** — polarização política, interferência externa, ameaças híbridas, impacto das tecnologias digitais e diminuição do envolvimento cívico — exigindo cooperação estreita entre parlamentos nacionais e europeus. O evento é organizado sob a liderança da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, com o apoio dos Vice-Presidentes Esteban González Pons e Katarina Barley.

O Fórum estrutura-se em três sessões temáticas:

1. Fortalecer a democracia parlamentar através do envolvimento dos cidadãos

Debate dedicado à participação cívica, confiança institucional e envolvimento dos jovens. Nesta sessão, o Presidente da Assembleia da República de Portugal, José Pedro Aguiar-Branco, será um dos oradores principais, intervindo no debate principal ao lado de outros responsáveis parlamentares europeus.

2. Ultrapassar a polarização política

Análise das causas e consequências da crescente polarização e da violência contra políticos, bem como do papel dos parlamentos na promoção do diálogo democrático.

3. Reforçar a resiliência democrática

Discussão sobre políticas e instrumentos alinhados com o Escudo Europeu da Democracia (cfr. ponto anterior), incluindo o combate à desinformação, interferência estrangeira, ciberameaças e outros vetores de fragilidade democrática.

O programa inclui uma sessão de abertura com intervenções de alto nível, incluindo a Presidente Metsola, o Presidente do Parlamento dinamarquês, Søren Gade, e uma alocução da laureada com o Prémio Nobel da Paz, Maria Ressa (online). Uma conversa com o Comissário Michael McGrath, responsável pela Democracia, Justiça, Estado de Direito e Defesa do Consumidor, também integra a agenda.

A sessão de encerramento, conduzida pelos Vice-Presidentes González Pons e Barley, procurará consolidar as conclusões do dia e avançar para um compromisso comum de reforço da democracia parlamentar na Europa.

6. ALARGAMENTO - CIMEIRA NA UCRÂNIA

Terá lugar uma **cimeira informal de ministros dos Assuntos Europeus** na cidade ucraniana de Lviv, em 10 e 11 de dezembro, com o objetivo de analisar o progresso da Ucrânia no caminho da adesão e reafirmar apoio político ao país (detalhe [aqui](#)). O convite foi enviado pela Presidência dinamarquesa do Conselho da UE, em conjunto com o Vice-Primeiro-Ministro ucraniano, Taras Kachka.

O encontro pretende avaliar reformas já implementadas por Kyiv — nas áreas económica, judicial e de combate à corrupção — e discutir próximas etapas no processo de integração, num momento em que a abertura formal de capítulos negociais permanece bloqueada pelo veto do Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán. Perante este impasse, os Estados-Membros analisam soluções alternativas, incluindo uma abordagem de “*frontloading*”, permitindo à Ucrânia (e à Moldávia) avançar com reformas e alinhamentos prévios mesmo sem decisão formal, preparando uma aceleração do processo caso a situação política mude. Recorde-se que haverá eleições legislativas na Hungria até abril de 2026.

A iniciativa ocorre também num momento em que outras decisões de apoio financeiro continuam paralisadas, incluindo a proposta de um empréstimo de 140 mil milhões de euros baseado em ativos russos congelados. Importa dar nota de que, na reunião de [13 de novembro dos ministros das Finanças da UE](#), a presidência dinamarquesa identificou o “**Reparation Loan**” como a opção mais realista e prioritária para assegurar o financiamento contínuo da Ucrânia. Este instrumento consiste num **empréstimo europeu concedido agora, mas cujo reembolso pela Ucrânia só ocorreria depois de a Rússia pagar reparações de guerra**, sendo, até lá, garantido pelos Estados-Membros e apoiado nos rendimentos gerados pelos ativos públicos russos congelados na UE (em particular os 185 mil milhões de euros detidos na Euroclear). O Presidente Volodymyr Zelenskyy saudou recentemente a avaliação positiva da Comissão sobre o progresso das reformas e reiterou que a adesão plena ocorrerá “*de forma justa, quando a Ucrânia estiver de pé por si própria e quando a guerra terminar*”.

7. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: [Eurogrupo](#); 13 de novembro - [Conselho ECOFIN](#).

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade dos grupos políticos e das Comissões parlamentares.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [19 de novembro](#), destacando-se: **Pacote de Defesa** (Roteiro para a Transformação da Indústria de Defesa e Pacote sobre Mobilidade Militar), **Pacote Digital** (Carteira Europeia das Empresas, Pacote Digital Omnibus e Estratégia para a União Europeia de Dados; **Pacote para a União da Poupança e do Investimento** (Regulamento sobre Divulgação de Finanças Sustentáveis, e Pacote relativo a pensões complementares).

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 17 de novembro - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 20 de novembro - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#).

Bruxelas | 14 de novembro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)